POLÍTICAS PÚBLICAS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA GUINÉ BISSAU: UMA ANÁLISE AO ACESSO A EDUCAÇÃO E TRANSPORTES

Cunha, Helmar Anderoson Moreno
Carvalho, Ricardo Ossagô de

RESUMO

A presente pesquisa aborda Política Externa: cooperação entre UE e Cabo Verde para desenvolvimento sustentável de Cabo Verde. A escassez de alguns recursos naturais e falta de água, dificuldade progresso do país, por isso o Estado de Cabo Verde dispõe de uma política externa de cooperação como uma ferramenta de arrecadação de recurso que auxiliam no seu desenvolvimento, e tem a União Europeia como um dos principais parceiros nesse progresso para o seu desenvolvimento, faz-se uma análise acerca da cooperação entre UE e Cabo Verde durante o período 2007 a 2021, identificou-se os acordos fundamentais dessa parceria, e investigou-se o seu impacto para o Estado de Cabo Verde, e revigorar o estudo sobre a relação existente entre UE e CV, um dos principais parceiros de Cabo Verde, delinear a fundamentação teórica que compreenderá e engrandecer a eventual pesquisa por tratar-se de um assunto na área de conhecimento da política externa e por fim trazer analises e discussão com base em referenciais teóricos si essa cooperação foi benéfica para o Estado de Cabo Verde, utilizando o método qualitativo, pesquisa bibliográfica, a partir dos materiais (artigos, livros, relatório etc.)

Palavras-chave: política externa; cooperação de Cabo Verde; Uniao Europeia; desenvolvimento;

ABSTRACT

This research addresses Foreign Policy: cooperation between the EU and Cape Verde for sustainable development in Cape Verde. The scarcity of some natural resources and lack of water hinder the country's progress, which is why the State of Cape Verde has a foreign policy of cooperation as a resource collection tool that helps in its development, and has the European Union as a partner. of the main partners in this progress towards its development, an analysis is made of the cooperation between the EU and Cape Verde during the period 2007 to 2021, the fundamental agreements of this partnership are identified, and its impact on the State of Cape Verde, and reinvigorate the study on the existing relationship between the EU and CV, one of Cape Verde's main partners, outline the theoretical foundation that will comprise and enhance the eventual research as it is a subject in the area of knowledge of foreign policy and finally bring analyzes and discussion based on theoretical references if this cooperation was beneficial for the State of Cape Verde, using the qualitative method, bibliographical research, from the materials (articles, books, report etc.)

Keywords: foreign policy; Cape Verde cooperation; European Union; development;

1 INTRODUÇÃO

Cabo Verde é um país insular localizado no centro do oceano Atlântico, formado por dez ilhas, sendo nove habitáveis, desde mil quatrocentos e sessenta com a ocupação dos portugueses na Ribeira Grande de Santiago começou assim a narrativa da história de Cabo Verde (GOVERNO DE CABO VERDE, 2023,). No prelúdio da história, Cabo Verde era uma colônia portuguesa, mas com o passar do tempo e após muitas lutas do povo guineense e cabo-verde, foi assim conquistada a nossa independência que foi proclamada no ano de 1975 (GOVERNO DE CABO VERDE, 2023).

Deixando de ser colônia de Portugal, Cabo Verde tinha que encontrar um jeito de se autossustentar como Estado-nação, ou seja, era um recomeço de um autodomínio no próprio território. Com a escassez de recursos naturais, devido ao posicionamento geográfico e geoclimático a economia estava vulnerável e Cabo Verde apresentava indícios de precariedade, diante disso o país encetou a política externa para ultrapassar os obstáculos que apareceu no início da criação do nosso Estado.

Na década de 1970-1990 constituem uma época muito severa, o mundo vivencia na guerra fria, ademais Cabo Verde não tinha credibilidade internacional categórico para conseguir pôr em prática sua política externa bilateral por isso que durante a guerra fria os governantes de Cabo Verde optaram pela neutralidade no conflito entre super potencias (URSS-EUA). Segundo Coutinho (2015, p. 1), os "Estados Unidos da América (EUA) e a União Soviética (URSS) lutavam por expansão territorial, por motivos de ordem econômicos, políticos e, principalmente, ideológico". Contudo, Cabo Verde, sem nenhum alinhamento, conseguiu captar recursos com os dois blocos, mantendo o seu próprio posicionamento. Cabo Verde por ser um país insular com menos de um milhão de habitantes, apresenta uma característica de forte influência externa a mudança e a adaptação.

No que se refere a política externa cabo-verdiana, identificamos dois grandes períodos, primeiro período começa na fundação de Cabo Verde como estado (1975) e termina na entrada do regime democrático (1990), neste período a nossa política estava de alguma forma voltada para África, fazendo parte da Organização da Unidade Africana (OUA) atual União Africana (UA), repartíamos dos mesmo objetivo com os países que foram colônias portuguesas. Segundo Graça (2014), ele ressaltou a importância de destacar o jogo duplo que Cabo Verde fez na época da Guerra fria, onde

ele conseguiu

arrecadação de recurso por dois lados enquanto a "[...]URSS dava formação e capacitação dos quadros médios e superiores os EUA concessão de apoios na área da ajuda alimentar, combate à seca e desertificação e absorção de mão de obra cabo-verdiana" (GRAÇA, 2014, p. 272).

Ainda nesta época de muita tensão, a assembleia nacional se manteve neutro no período da guerra fria, levando em conta as dificuldades que Cabo Verde estava passando, iniciando com a ruptura Guine - Bissau/Cabo Verde, (um movimento que foi comandado pelo João Bernardo "Nino" Vieira contra Luís Cabral, o antigo presidente de Guine - Bissau/Cabo Verde), terminando com a luta pela democracia, um conflito interno contra término do sistema partido único e iniciando o regime democrático, mas, mesmo assim, a elite política cabo-verdiana soube entender a soberania do povo e não houve muita resistência ou conflitos armados que poderia levar a guerra civil. Segundo Madeira (2016, p. 92),

> "as preocupações sobre a viabilidade da economia nacional, a carência a nível de infraestruturas e de capital humano, levaram os dirigentes políticos a traçarem, como objetivos centrais de Cabo Verde, o desenvolvimento e a consolidação da política externa, através da maximização das relações com os países doadores".

O segundo período da política externa cabo-verdiana, começa em 1991 e vai até os dias de hoje. Na década de 90, Cabo Verde já era um Estado democrata, desse modo, o país começou a adotar medidas que trazem credibilidade para si, focalizando em valores fundamentais como respeito aos direitos humanos, boa governança e transparência. Ocasionou que o esforço trouxe ganhos na construção da imagem do país, que deixou de ser um Estado "inviável" e tornou-se um Estado com credibilidade para se investir e receber empréstimos de desenvolvimento. Neste momento, Cabo Verde passou a prevalecer na economia mundial dando ênfase nas políticas externas, diplomacia econômica.

Em 2001, com a derrota do MPD e a vitória do PAICV, partido que desde então tem regido o país, com três vitórias consecutivas, iniciou-se nova fase na política externa do país, nomeadamente na aposta numa política de desenvolvimento sustentável e principalmente na internacionalização económica. Estas políticas permitiram a intensificação das relações com potências internacionais como a UE, EUA e China. Foi uma fase marcada pela nova relação entre a UE e Cabo Verde, através da parceria especial, igualmente na relação com a EUA através do programa Millennium Challenge

Account e com a China, que nestes últimos anos tendo sido um grande parceiro de Cabo Verde principalmente na cooperação.

Com a base formada na política externa e relações internacionais, Cabo Verde acabou adquirindo vários parceiros de cooperação para contribuir no desenvolvimento do país, essa pesquisa dará ênfase na cooperação entre Cabo Verde e União Europeia, os Estados vem de uma relação sólida de mais de 35 anos e compartilham dos mesmos valores fundamentais, tais como, Estados democratas de direito e respeito aos direitos humanos.

> Desde 1977, Cabo Verde deu os primeiros passos no relacionamento com a UE, com a sua aderência à Convenção de Lomé. Neste molde, suas relações têm se desenvolvido através "de ajuda ao desenvolvimento e erradicação da pobreza, visa também garantir a estabilidade da Europa" (VIEIRA, 2012, p.61).

Segundo Vieira (2012, p. 61),

> "a modalidade de cooperação desenvolvida pela UE com os países parceiros, cujo arquipélago se abrigou, é um modelo de cooperação vertical entre os Países Desenvolvidos – PD e Países em Desenvolvimento – PED, no qual o país doador define os objetivos e estratégias a serem cumpridos pelos estados receptores para o seu desenvolvimento".

Então a União Europeia tornou um dos principais parceiros de desenvolvimento de Cabo Verde cooperando em vários setores de desenvolvimento, tal como, o fortalecimento da cooperação no plano comercial, educacional, pesqueiro, social, entre outros.

Portanto nesta pesquisa busca analisar a cooperação entre União Europeia e Cabo Verde para o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde, isto é identificar qual os impactos que esses acordos tiveram para o Estado de Cabo Verde. A pesquisa tem um recorte temporal nos anos 2007 a 2020, que são anos onde iniciou-se e intensificou-se a cooperação entre os estados. Diante disso, a pesquisa vai apresentar uma revisão literária acerca da cooperação entre UE e Cabo Verde para melhor entendimento do processo de relação entre as comunidades, por conseguinte, a problemática da pesquisa desse trabalho analisa os seguintes questionamentos: Qual é o tipo de relação que existe entre a União Europeia e Cabo Verde? Essa relação é benéfica para o Estado de Cabo Verde no seu desenvolvimento sustentável? O Estado de Cabo Verde tem cumprido com a implementação dos acordos? Tendo em vista esses questionamentos foi utilizado método qualitativo, baseada nos artigos científicos, sites da União Europeia e do Governo de Cabo

Verde. Considerando o objetivo principal deste, adotou-se pelo método qualitativo, pesquisa bibliográfica a partir dos materiais (artigos, livros, relatórios e entre outros) provenientes das bases de dados online e convencional das instituições acadêmicas, da mesma forma, esta pesquisa permitiu identificar os principais acordos da cooperação para o desenvolvimento de Cabo Verde.

A pesquisa justifica-se por duas razões: a primeira diz respeito a pretensão do autor de trabalhar no campo da política externa e cooperação internacional, portanto, é muito importante saber sobre tais assuntos, principalmente, acerca de Cabo Verde, que é o país de sua nacionalidade. A segunda razão se dá pela pretensão de revigorar o estudo sobre a relação existente entre UE e CV, um dos principais parceiros de Cabo Verde.

Pretende-se delinear aspecto teórico que compreenderá e engrandecer a eventual pesquisa por tratar-se de um assunto na área de conhecimento da política externa: cooperação entre Cabo Verde e UE. Este trabalho é composto por cinco tópicos, no primeiro tópico aborda uma introdução da história de Cabo Verde na política externa, no segundo tópico aborda sinteticamente a consideração sobre cooperação entre os estados com ênfase em Cabo Verde, no terceiro tópico já traz um conceito da política Externa de Cabo Verde de a credibilização Internacional, com ênfase é nos acordos de cooperação entre UE e Cabo Verde: acordos especiais da cooperação, no penúltimo tópico explana a cooperação para o desenvolvimento sustentável de Cabo Verde e por fim no quinto tópico é a consideração final do presente trabalho

2- CONSIDERAÇÃO SOBRE COOPERAÇÃO ENTRE OS ESTADOS COM ÊNFASE EM CABO VERDE

As cooperações entre os Estados têm um caráter milenar, mas não existia um termo para referir-se a essa cooperação, é necessário falar um pouco de cooperação entre os Estados modernos para poder nos dar embasamento para entender melhor os objetivos desse trabalho.

O ato de cooperação entre os estados começou por meio de um objetivo em comum, que é a luta pela paz, a primeira grande guerra, como procedimento de inflexão em prol a cooperação, aconteceu em 1914-1918, no final da guerra, os países participantes estavam muito debilitados, a economia e a estrutura social estavam “anêmicas”. Antigamente, os estados eram vistos como único sujeito das relações internacionais, mas depois da Primeira Guerra Mundial,

> [...]foi promovido o Tratado de Versalhes, o discurso de fazer com que os Estados resolvessem suas querelas de maneira pacífica foi utilizado como justificativa do tratado, o que resultou na criação, em 1919, da Liga das Nações, o mesmo não tendo o poder de proibir a guerra, a Liga tinha o intento de implantar nas relações internacionais uma certa estrutura que desestimulasse a guerra (MORATO, 2009, p. 218).

As políticas externas/relações internacionais começaram a ganhar impulso a partir daí, quando houve o surgimento de teoria de liberalismo e realismo. O presidente norte-americano Woodrow Wilson (1912-1921) foi considerado o teórico da época e um dos principais incentivadores da criação da liga das Nações, o qual propôs algumas regras para criação da nova ordem mundial que são conhecidas como 14 pontos de Wilson. Rinaldi (2015, p. 22) fomenta que a "teoria liberal é das mais antigas que vem discutindo sobre o papel dos indivíduos na sociedade, na economia e seu papel enquanto ator das relações internacionais, em contrapondo os autores realistas criticavam a criação das ligas das nações porque não tinha nada que exigissem os países a cumprir as regras estabelecidas". Edward Carr (1892-1982) criticou o liberalismo dos entreguerras, pautando a falta de bom senso em relação à realidade como o erro daqueles que idealizaram a Liga das Nações.

Depois do estardalhaço da Liga das Nações, aconteceu a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que teve um impacto muito forte no mundo, no qual os Estados se conscientizaram que a luta armada só traz déficit aos países envolvidos na guerra. Logo após a guerra, houve a criação de ONU (Organização das Nações Unidas),

> carta da ONU reconhece no seu artigo 1º a cooperação técnica internacional como ferramenta para a promoção do desenvolvimento econômico, social, cultural e humanitário, além de convocar o respeito aos direitos humanos como forma de garantir uma convivência pacífica entre todas as populações (MACIEL, Tadeu M., 2009, p. 219).

Após a data da criação da ONU, a cooperação destacou-se mais na criação da Europa (entre 1944 e 1949), assim dando início a Guerra Fria entre 1989 a 1991 com a queda do muro de Berlin "[...] a Uniao Soviética passou para o capitalismo e aderiu ao modelo ocidental de democracia, abandonando o socialismo, ou seja, o modelo soviético de socialismo, e perdendo inclusive a condições da Uniao de Republicas" (RIBEIRA, 2012, p. 88).

Após 1990, com um novo modelo de política externa, a Organização das Nações Unidas propôs modos de ajudar os países mais pobres a alcançar o índice de desenvolvimento humano mais satisfatório, nesta circunstância a cooperação internacional foi instigada pelas determinações da Conferência de Monterrey (2002) e

da

Declaração de Paris (2005), projetando e norteando os pontos da eficácia que ajuda nas cooperações bilaterais e no desenvolvimento dos países com índice de desenvolvimento humano baixo.

3 POLÍTICA EXTERNA CABO-VERDIANA: CREDIBILIZAÇÃO INTERNACIONAL

Os Pequenos Estados Insulares caracterizam-se por serem espaços abertos à influência externa, à mudança e à adaptação. Apresentam geralmente algumas características comuns: "Estados soberanos ou territórios autônomos, insulares e com população inferior a um milhão e meio de habitantes" (TOLENTINO, 2007, p. 139). No que se referre a política externa cabo-verdiana, foram identificados dois grandes períodos: o primeiro começa na fundação de Cabo Verde como estado (1975) e termina na entrada do regime democrático (1990), no qual o país seguiu uma política externa de não-alinhamento, atuando de forma firme e prudente, de modo a obter confiança dos parceiros internacionais para garantir que os apoios fossem exclusivamente utilizados para debelar as carências existentes no arquipélago, entre as quais a escassez de recursos naturais com frequentes períodos de seca e fome. Esta condição conduziu à necessidade da emigração, tanto espontânea como forçada e, por último, à fragilidade da base produtiva nacional. "Foi neste período que se registaram ganhos substanciais em formas de doação de países como a África do Sul, alguns países da EU, Reino Unido, República Popular da China, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas e Estados Árabes" (MADEIRA, 2017, p. 81). Madeira (2017) ainda salienta que, ao contrário de vários países em desenvolvimento, Cabo Verde tinha como principal meta assegurar a estabilidade do país e o seu desenvolvimento a longo prazo. Respeitando as diretrizes de uma promoção de princípios de boa governança, Estado de direito democrático, procurando uma maior eficiência e transparência das instituições democráticas com foco no objetivo principal de Cabo Verde que era, e continua sendo, o crescimento da oferta a nível nacional, e internacional. "E pode-se dizer que Cabo Verde alcançou ganhos reais na educação, por intermédio do combate ao analfabetismo, generalização e expansão do ensino e formação de quadros superiores" (COUTINHO, 2015, p. 30).

> A política externa cabo-verdiana se estruturava em torno de um posicionamento externo congruente com as demandas do seu desenvolvimento, com a opção por uma política de paz e com a necessidade de diversificação das alianças e parcerias estratégicas de desenvolvimento (COSTA, 2012, p. 236 *apud* COUTINHO, 2015, p.33).

Ainda fomenta Coutinho (2015) que as ações da política externa estavam mais viradas para o continente africano por via da participação na resolução dos conflitos regionais, e a dimensão ideológica da política externa diluía-se na medida em que os princípios ideológicos eram abandonados em prol de princípios que focavam mais em nortear uma política externa que pudesse possibilitar a cooperação com qualquer Estado que tinha possibilidade de prestar tal ajuda independentemente da sua ideologia.

> Na década de 80 a 90, o modelo capitalista começou a obter predomínio obrigando os países que usavam o modelo de socialista reverem e afeiçoar a uma nova conjuntura internacional. A nível regional e internacional se continuou com a política de um não alinhamento mitigado, entretanto, há uma virada para a Europa e os EUA, ancorada na ideia de diversificação das parceiras estratégicas, reivindicação da sua utilidade na política internacional. Com o continente africano, o princípio da boa vizinhança, o que fez com que Cabo Verde ganhasse credibilidade para ser o mediador nos conflitos da África subsaariana (COUTINHO, 2015, p. 34).

A segunda fase ocorreu na época de 1991 até dia de hoje, nesta fase comandado por Dr Carlos Veiga (Primeiro Ministro) e Antônio Mascarenhas (Presidenta da Republica), estabeleceram o rumo do País abrindo o a economia cabo-verdiana aos investidores estrangeiros, e também nesta época surgiu novos partidos políticos ganhando força e visibilidade como por exemplo a União cabo-verdiana independente e democrática (UCID) e Partido social democrático (PSD). Então, nesse quesito, Cabo Verde,

> Procurou sempre manter relações estreitas com Portugal, Brasil e demais países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que, em julho de 1996, formaram uma organização de concertação político-diplomática entre os seus Estados-Membros no sentido de reforçar a presença da Comunidade nas organizações internacionais e, igualmente, promover a cooperação nos domínios da defesa e segurança, ciência e tecnologia, educação e saúde, cultura, promoção e difusão da língua portuguesa (MADEIRA, 2017, p. 88).

Cabo Verde caracteriza-se por ser um pequeno Estado africano que se encontra localizado no Atlântico Médio entre África, Europa e América e que tem vindo a preconizar uma política externa assente no pragmatismo e defesa do interesse nacional. O país serve de "placa giratória do comércio triangular entre a África, a Europa e as Américas" (PEREIRA, 2011, p. 20) e "baseia a sua conduta numa cultura de paz" (CARDOSO, 1986, p. 15).

Cristina Pecequilo (2016) afirma que nenhum Estado vive totalmente independente, que existem sim Estados mais vulneráveis que outros, e que são essas vulnerabilidades que os tornam mais dependentes dos outros. Aqui, com base nessa afirmação, dá para ter uma percepção da importância da cooperação entre os Estados, sendo Cabo Verde um país muito vulnerável, a cooperação internacional é uma ferramenta que contribui significativamente no seu desenvolvimento.

3.1 COOPERAÇÃO ENTRE UE E CABO VERDE: ACORDOS ESPECIAIS DE COOPERAÇÃO

Cabo Verde e a UE, há mais de 35 anos têm uma relação sólida e construtiva baseada, antes de mais nada, numa significativa e contínua cooperação para o desenvolvimento. O sucesso contínuo dessa relação em todas as áreas foi decisivo para o estabelecimento da Parceria Especial entre Cabo Verde e a União Europeia em 2007.

> Ambas as partes estreitaram essas relações através de um firme compromisso relativo à promoção de valores comuns tais como a democracia, o respeito pelos direitos humanos e o Estado de direito defendendo-os internacionalmente, visa reforçar e aprofundar a relação existente em várias áreas da cooperação para o desenvolvimento num diálogo político regular ao mais alto nível na promoção de interesses e valores comuns (UNIÃO EUROPEIA, 2021, p.).

De acordo com o site da União Europeia (2021), a equipe de informação e imprensa da delegação da UE em Cabo Verde descreveu as áreas prioritárias das ações, foram criados seis pilares: Boa governança segurança/estabilidade, integração regional, convergência técnica e normativa, sociedade do conhecimento, luta contra a pobreza e desenvolvimento. No quadro desta parceria foi também formulado, em 2014, um Plano para a Segurança e Estabilidade, adotado na Reunião Ministerial de Luxemburgo em 2015. "[...] A parceria especial destina-se a reforçar a concertação e a convergência das políticas entre ambas as partes, permitindo acrescentar um quadro de interesses comuns à relação tradicional doador-beneficiário" (Comissão Europeia, 2007 p.).

> A Parceria para a Mobilidade (2008), para a qual Cabo Verde foi escolhido como Estado-piloto, representa um quadro político de diálogo e cooperação acrescido entre a UE e Cabo Verde no âmbito da migração. Estas parcerias contemplaram iniciativas concretas de ambas as partes, que incluem dois acordos em vigor sobre a facilitação da emissão de vistos e a readmissão de pessoas. No âmbito do Schengen, Portugal gere o Centro Comum de Vistos (CCV, um dos vários projetos financiados no âmbito da Parceria Para a Mobilidade), tratando dos pedidos do visto em nome de 15 Estados-Membros da UE (JORNAL OFICIAL DA UNIÃO EUROPEIA, 2013, p. 282).

Segundo Delegação da Uniao Europeia em Cabo Verde, no encontro que aconteceu no dia 3 de agosto 2021 salientou que a área de comércio a UE é o principal parceiro comercial de Cabo Verde. Representa mais de 70% das importações e é o destino de cerca de 85% das exportações de Cabo Verde. Conforme a Parlamento Europeu (2019, p. 2) "UE negociam os Acordos de Parceria Econômica (APE) visando uma parceria comercial para o desenvolvimento. Os APEs têm como objetivo, assistir os países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) a integrarem-se na economia mundial e beneficiarem-se das oportunidades oferecidas pela globalização". Os benefícios de um APE para os produtores e os agricultores em Cabo Verde são os seguintes: ausência de quotas e taxas para as exportações para o mercado europeu, acesso a um mercado livre de maior dimensão, incluindo os países da EFTA (Associação Europeia de Livre Comércio).

> "UE afirmou-se como "um dos maiores ou mesmo o maior e o mais importante doador de ajuda", na sua grande parte direcionada pelos países ACP, em especial para África. África concentra hoje a maior parte dos países de ACP, tirando o lugar antes concedido à Ásia, que recebia a maior percentagem da APD" (MONTEIRO, 2001, p. 94).

Ainda realçaram no Parlamento Europeu, (2019, p. 2) "a integração nos mercados regionais (com os países da CEDEAO - Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental), promoção de reformas mais abrangentes que contribuíam para o crescimento econômico sustentável e para a melhoria do ambiente de negócios". O atual Plano Europeu de Investimento Externo (EEIP) poderá igualmente apoiar o país a alcançar estes objetivos. O referido plano destina-se a incentivar o investimento do sector privado e apoiar as Pequenas e Médias Empresas na promoção de emprego e crescimento. Cooperação União Europeia – Cabo Verde.

4 COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE CABO VERDE

A União Europeia acredita que para que uma nação esteja apta a alcançar o desenvolvimento sustentável é necessário que o Estado esteja estável e seguro. Por isso que a "UE promove a segurança e a estabilidade na África (Cabo Verde) como garantia da sua própria segurança e procura parceiros no combate às intempéries que dificultam um ambiente propício para o comércio e desenvolvimento" (BARROS, 2011, p. 18). O ex-Primeiro Ministro de Portugal, José Sócrates, afirmou que Portugal exportava anualmente para Cabo Verde cerca de 250 milhões de Euros, quase tanto quanto para o

Brasil (BARROS, 2011, p. 25). É bem raro não encontrar em algum setor de Cabo Verde seja público, privado ou organizações não governamentais a existência de cooperação com Uniao Europeia/Portuguesa

Cabo Verde é um dos 193 países signatários da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais foram claramente integrados no Programa de Governo da IX Legislatura e, consequentemente, no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) 2017-2021.

Rosa, 2014 apud Veiga Denilson 2019 p. 45 salienta que as "formas de beneficiar-se das ajudas públicas são por meio de acordos bilaterais, e de contribuições para o orçamento do país considerado; por outro lado, existem acordos multilaterais que são feitos através de transferências de verbas e programas de ação conjunta",

> Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) é, habitualmente, vista como um subproduto da Nova Ordem Econômica Internacional (NOEI) que inclui, naturalmente, a transferência de recursos de um país para o outro com o intuito de promover o desenvolvimento do país receptor. (MONTEIRO, 1997, p. 63).

> "A ajuda é destinada aos países que apresentam níveis significativos de constrangimento para se desenvolver de forma individual, por isso recorrem aos países e organismos especializados que possam disponibilizar recursos para 46 países, contribuindo no crescimento socioeconômico desses Estados subdesenvolvidos" (VEIGA, 2019, p. 46).

4.1 APOIO ORÇAMENTÁRIO

O Fundo Europeu de Desenvolvimento (FED) é a principal fonte de cooperação técnica e financeira entre a UE e Cabo Verde.

> O FED é constituído pelo conjunto de contribuições dos Estados-Membros da União destinadas ao financiamento de atividades e projetos de cooperação dos países ACP (África, Caraíbas e Pacífico) que sejam identificados durante a fase de concepção dos respetivos Programas Indicativos Nacionais (PIN) e Programas Indicativos Regionais (PIR) (PARLAMENTO EUROPEU, 2019, p. 3).

Para o Parlamento Europeu (2019), no âmbito do 10° FED (implementado entre 2008 e 2013), cerca de 86 % dos fundos foram canalizados através do apoio orçamental para promover a redução da pobreza e o crescimento econômico sustentável, assim como para a promoção da Parceria Especial entre Cabo Verde e a UE.

> Apoio orçamental consiste em transferências financeiras efetuadas diretamente para o Tesouro Nacional de Cabo Verde que, por seu lado,

> assegura uma boa gestão das finanças públicas. Cabo Verde beneficia da modalidade de apoio orçamental da UE desde 1998 e esta é atualmente a principal contribuição financeira da UE para o arquipélago, representando cerca de 95% do montante total. Entre 2016 e 2021, a contribuição da UE para o apoio orçamental foi superior a 55 milhões de EUR, dos quais, 14 milhões de EUR foram atribuídos através de uma contribuição de emergência para as secas e inundações (consequências das alterações climáticas) (UNIÃO EUROPEIA, 2021, p. 4).

4.2 ACORDOS DE PESCAS

O novo acordo de parceria no setor da pesca entre a UE e Cabo Verde entrou em vigor em 2007 tendo sido renovado por recondução tácita.

Sobre a Parceria Especial de Pesca,

> "segundo o documento oficial que gere essa parceria, o objetivo principal do acordo é reforçar a parceria entre UE e Cabo Verde, de modo a facilitar a criação de instrumentos que possibilita uma pesca sustentável exploração consciente dos recursos haliêuticos na Zona de pesca cabo-verdiana. Além disso, o acordo prevê os investimentos europeus no arquipélago com intuito de promover a economia nacional, garantir a segurança marítima, a integração da população cabo-verdiana nas frotas europeia e a cooperação econômica, científica e técnica no setor das pescas e nos setores conexos" (PARLAMENTO EUROPEU, 2008, p. 3 *apud* VEIGA, 2019, p. 44).

> "ao abrigo do novo protocolo, que abrange um período de quatro (vigora de 2019 a 2024), 71 navios da UE podem pescar o atum e espécies afins nas águas cabo-verdianas. Em contrapartida, a UE pagará a Cabo Verde uma contribuição financeira de 550 mil euros por ano nos dois primeiros anos de aplicação do protocolo e de 500 mil euros por ano nos últimos dois anos" (UNIÃO EUROPEIA, 2021, p. 4).

Conforme o Ministro da Tutela do Mar, Abraão Vicente, na entrevista no site do governo de Cabo Verde (2023, Online), "a duração mais longa do que os anteriores, traduz a vontade das duas partes em elevar o patamar dessa cooperação a níveis mais sustentáveis e seguros". Este tipo de acordo contribui para a conservação dos recursos e na sustentabilidade ambiental, garantindo a todos os navios da UE normas idênticas de controle e transparência. Ainda na entrevista no site do Governo de Cabo Verde segundo Ministro Abrão Vicente (2023) salientou um aumento crescente das exportações pelas empresas nacionais tem trazido benefícios diretos para os operadores nacionais e para as comunidades. A sazonalidade das nossas atividades de

pesca do principal recurso do país

o tunídeo, aliado aos constrangimentos ligados à fraca capacidade financeira da nossa classe empresarial não nos permite ainda aumentar a produção nacional, de modo a melhorar o consumo e satisfazer as necessidades da indústria de transformação.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo abordou da política externa: a Cooperação bilateral entre Cabo Verde e UE, para o desenvolvimento de Cabo Verde, com estudos empíricos pretende analisar os proventos que essa cooperação trouxe para o Estado de Cabo Verde no seu desenvolvimento sustentável.

Observou-se que os proventos adquiridos nessa cooperação foram de suma importância para o Estado de Cabo Verde para ajudar no seu desenvolvimento. E para a Europa Cabo Verde sendo um país de economia estável, serve como porta de entrada para

o mercado Africano,

A aproximação à União Europeia, maioria das vezes tem uma fidelidade de identidade político-cultural, através da representação social de um país ‘com os pés em África, mas a cabeça na Europa. Por isso que Cabo Verde é considerado a porta de entrada para o mercado Africano, por ser um país de economia estável os Estados internacionais sentem a confiança em realizar acordos com Cabo Verde.

Além disso, as ajudas públicas e parcerias comerciais têm contribuído para o país acompanhar e cumprir as principais agendas internacionais, os laços econômicos e políticos que são mantidas com os países da UE tem a ver com a herança colonial, centrando-se no financiamento de projetos e assistência técnica,

O conselho da UE (CUE) fala da importância de promover a continuação do processo de integração política, econômica e comercial de Cabo Verde nesta parte da região da África Ocidental, a qual não irá de maneira nenhuma ficar prejudicada com o progresso da “Parceria Especial” e apela a Cabo Verde para que desempenhe um papel construtivo no âmbito da CEDEAO, com base na sua própria experiência como modelo de desenvolvimento pacífico.

Na questão da segurança, a UE ela promove ações para segurança e estabilidade de Cabo Verde assim se autodefendendo, para poder assim dar continuidade a uma boa relação num ambiente propício para o desenvolvimento dos ambos

Dessa forma, destacou-se as bibliografias, e informações obtidas no site da UE e no site de Governo de Cabo Verde, estudadas durante essa pesquisa e a primeira conclusão que obtivemos sobre a pesquisa é que o pequeno Estado insular busca uma

ascensão internacional, para poder ter credibilidade e confiança dos países parceiros para lhe ajudar a desenvolver e preencher o déficit de recursos naturais. Neste sentido, a política externa tem que ser ativa e consistente, e todos os governantes de Cabo Verde têm que ter um papel de alinhamento com os demais parceiros externos de Cabo Verde para dar continuidade ao desenvolvimento do país, independentemente do partido que está no Governo.

O atual Governo que representa o Estado nos últimos anos, tem realizado anualmente conferências de debate para poder alinhar da melhor forma a política externa. Por ser um país insular de um pequeno Estado, impõe prioridades tipo resiliência, segurança e sustentabilidade, essas conferências têm como objetivo refletir e debater desafios relacionadas a política externa.

Os acordos de pesca e cambial, são acordos que está ajudando Cabo Verde a desenvolver no setor marítimo principalmente com verbas que nos possibilita a "espionar" nossas zonas marítimas, mas esses acordos que não deixam de ser um instrumento neocolonial. Essas relações da diplomacia com a União Europeia, por vez, trazem consequências sociais a sociedade cabo-verdiana por tornar quase uma heresia falar da escravatura, colonialismo e do neocolonialismo em Cabo Verde, e a prova disso é carregar as marcas e os símbolos do passado colonial até o dia de hoje, que se percebe uma certa veneração a esse passado. Essas marcas são bem preservadas e algumas são patrimônios imateriais do país, com o privilégio de ter renovações e revitalizações.

O escopo utilizado nesse artigo é uma estratégia viável de autonomia e liberdade para um Estado autossuficiente, assim, a cooperação com a UE pode ajudar nesse caminho. Embora esses acordos econômicos tragam mais proventos para os Estados europeus, fortalecendo os países colonizadores, Cabo Verde ainda necessita manter essa cooperação a fim de atingir o objetivo principal do país. É por isso que mesmo que o Estado de Cabo Verde tem cerca 313,8 milhões de euros em dívida pública o banco europeu continua financiando o país na sua inovação, economia digital, programa livre de carbono e financiando para o orçamento de Estado num montante de 18 milhões de euros.

O Estado Cabo Verde enfatiza que essa cooperação tende para apoiar o esforço de combate à pobreza, transição energética de Cabo Verde, apoiar também a qualidade de governação, mas com foco de trazer para essa cooperação o setor privado, para que o setor privado aproveita as possibilidades que se abre na transição digital energética ao aproveitamento da economia verde.

REFERÊNCIAS

BARROS, Nilton J. P. A. **União Europeia na segurança e estabilidade de Cabo Verde**. Dissertação (Mestrado em Ciências Militares), Academia Militar, Lisboa, 2011. Disponível em: https://comum.rcaap.pt/bitstreams/a06eed22-a2fa-4d95-95bb-ab88ae6ad679/download. Acesso em: 03 out 2022.

CARDOSO, R. **Cabo Verde**: Opção para uma Política de Paz. Praia: Instituto Cabo-verdiano do Livro, 1986

Comissão Europeia (2007), Comunicação da Comissão ao Conselho e ao Parlamento Europeu sobre o Futuro das Relações entre a União Europeia e a República de Cabo Verde, SEC, 1415, Bruxelas, Comissão Europeia, COM, 641 Final.

COUTINHO, KATHLEEN ROCHETEAU GOMES. **Análise da Política externa de Cabo Verde (1975 a 1990):** a configuração e atuação da política externa de Cabo Verde durante a guerra fria. Brasília DF: Universidade de Brasília, 2015.

FERREIRA, Patrícia M. **Cabo Verde pescas e migrações - a outra face da moeda**: o impacto das políticas da União Europeia em Cabo Verde. Instituto Marques de Valle Flor, Lisboa, 2011

MADEIRA, J. P. **Cabo Verde**: De um "Estado inviável" ao pragmatismo na política externa. Revista de Relaciones Internacionales, Estratégia y Seguridade, v. 11, n. 1, 2016, p. 85-101

MACIEL, Tadeu M. As teorias de relações internacionais pensando a cooperação. **Revista Ponto e Vírgula**, São Paulo, v. 5, p. 215-229, 2009. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/pontoevirgula/article/view/14087>. Acesso em: 5.jan 2023.

MONTEIRO, Ramiro Ladeiro. **A África na Política de Cooperação Europeia**. Lisboa: ICSP-UTL, 1997

MONTEIRO, Ramiro (2001) **A África na Política de Cooperação Europeia**. 2. ed. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.

PECEQUILO, Cristina. As teorias das relações internacionais - o mapa do caminho: estudo e prática, in: **As teorias das relações internacionais**. 9. ed. Alta Books, 2016. Cap. 3, p. 111- 143.

PEREIRA, D. **Das Relações Históricas Cabo Verde/Brasil.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

RINALDI, Augusto L. **A política externa do governo Lula: identificações e orientações**. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e

Ciências Humanas, Campinas-SP, Brasil, 2015. RIO+20. Cabo Verde no contexto no desenvolvimento sustentável.

RIBERA Ricardo. **A Guerra Fria**: breves notas para um debate. 2012. Disponível em: adm,+2374-8223-1-CE+(1).pdf . Acesso em: 04. nov. 2022.

SILVA, Nataniel, F. **A geolocalização de Cabo Verde e os desafios à segurança face às ameaças híbridas**: o caso do narcotráfico e o terrorismo. Dissertação (Mestrado em Ciências Policiais) – Instituto superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa, Portugal, 2018.

UNIÃO EUROPEIA. Delegação da união europeia em cabo verde, 8 de agosto, 2013 a 2021. Disponível em: <https://www.eeas.europa.eu/cabo-verde/uniao-europeia-e-cabo-verde_pti?s=134#5894> Acesso em: 20 de janeiro de 2023.

VIEIRA, Adelina. Política Externa Contemporânea de Cabo Verde: a aposta na política externa como motor de desenvolvimento. Mestrado em (Relações Internacionais) – Universidade de Beira do Interior, Covilhã, Portugal, 2012.

TOLENTINO, A. C. Universidade e Transformação Social nos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento: O caso de Cabo Verde. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

VEIGA, Danilson I. G. **Cooperação norte-sul: um estudo sobre a cooperação entre a União Europeia e a República de Cabo Verde**. 2019. 71f. Monografia (Bacharelado (Relações Internacionais) – Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, São Francisco do Conde BA, 2019.

Cabo Verde. **Acordo de Pesca CV/UE: "Este novo acordo marca uma nova etapa nas nossas relações com a União Europeia" – Ministro do Mar, Abraão Vicente.** 9 de fev. 2023. Disponivel em: https://www.governo.cv/acordo-de-pesca-cv-ue-este-novo-acordo-marca-uma-nova-etapa-nas-nossas-relacoes-com-a-uniao-europeia-ministro-do-mar-abraao-vicente/> Acesso em: 2 maio 2023.